

ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEIMADOS  
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE  
QUEIMADOS – PREVIQUEIMADOS  
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*Ata no 156/CA/2022. No dia 31 do mês de Março de 2021, às 10h15minh, na sede do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Queimados, PREVIQUEIMADOS, reuniram-se os membros do Conselho de Administração, para Reunião ordinária, sob a presidência do Sr. Elizeu da Rocha Farias que agradeceu à presença de todos os membros e demais presentes. E, obedecendo ao parágrafo 8º, do artigo 48, da Lei no. 596/02, alterado pela Lei no. 1120/2012. Iniciou a reunião passando à ordem do dia expondo a pauta, conforme ATO nº 001/CA/2022, publicado no DOQ nº 057 de 25 de março de 202 e aproveitou para informar que a publicação do Ato saiu como data de 31 de maio de 2022 e, retificar que a data correta é 31 de março de 2022. Data da presente reunião: 1) Repasses: Patronal e Servidor 2022; 2) Parcelamentos e repasse atuarial; 3) Aprovação da Política de Investimentos/2022 – Em atendimento as regras da Resolução CMN nº 4963/2021; 4) Apresentação, análise e aprovação do Estudo Atuarial 2022 – Ano base 2021; 5) Diversos.*

1) Repasses: Patronal e Servidor 2022: Quanto a esta pauta o Presidente do Conselho indagou ao Diretor Presidente do PREVIQUEIMADOS como estão os procedimentos com relação aos repasses de 2022. E foi informado a todos os presentes que os repasses estão sendo feitos regularmente apresentando planilhas contendo os valores que foram repassados e, os devidos extratos em comprovação dos repasses. 2) Parcelamentos e repasse atuarial: O Diretor Presidente do PREVIQUEIMADOS Sr. Jefferson Pereira da Silva informou que a Prefeitura vem efetuando o pagamento dos parcelamentos que estão como aceitos no sistema CADPREV e que os demais estão sendo regularizados para que os devidos acertos sejam realizados e assim efetuar os pagamentos devidos. 3) Aprovação da Política de Investimentos/2022 – Em atendimento as regras da Resolução CMN nº 4963/2021. O Presidente do Conselho Sr. Elizeu da Rocha Farias esclareceu que considerando a Resolução CMN nº 4963/2021, a Política de Investimentos/2022, precisaria ser revista na ótica da mesma. E, entregou cópia da nova Política de Investimentos/2022, com as alterações refeitas em cima da nova Resolução. E, passou a palavra ao Consultor de investimentos Sr. Victor Gomes, representante da empresa, Crédito e Mercado, o qual explicou que a nova Resolução CMN nº 4.693, trouxe alterações aos enquadramentos nos investimentos dos RPPS. Muitos ajustes que deverão ser efetivadas na Política de Investimentos dos RPPS e mais ainda nos procedimentos que envolvem o DPIN (Demonstrativo de Política de Investimentos), a ser encaminhado via CADPREV. E, apresentou a nova Política de Investimentos/2022, explicitando todo quadro de alocação estratégica para o exercício de 2022. Alertou sobre o acréscimo na Resolução de empréstimo consignado.

É, após toda exposição das alterações realizadas na Política de Investimentos/2022, foi colocado em votação para a aprovação da mesma. A qual foi aprovada por unanimidade pelos membros presentes. 4) Apresentação, análise e aprovação do Estudo Atuarial 2022 – Ano base 2021: quanto a esta pauta o Presid. do Conselho de Administração, Sr. Elizeu Farias, passou a palavra para o Srº Daniel Valoni, responsável pelo estudo técnico Atuarial, destacou a importância para diagnóstico de atuário, as atualizações do quadro de funcionários dos quais houve alterações por novas convocações, aumentando assim o somatório dos novos Servidores Públicos. Disse que o regime de previdência está o mais qualificado de toda administração, pois o trabalho é pautado em informações mais adequadas e objetivas, assim como atuação mais participativa. Apresentou aspectos e configurações dos regimes de Previdência diante da atual conjuntura. Observou que por questões técnicas as reformas deveriam ser mais agressivas quanto à porcentagem e período de contribuição. Mencionou que a reforma necessitou de extrema cautela, pois se vislumbrava dois cenários. Ou a reforma aconteceria no país ou a previdência se tornaria insustentável para o futuro. Mencionou que um dos desafios no passado, sempre foi trazer este entendimento aos Servidores Públicos, pois sempre foi algo polêmico. Tecnicamente existiam grupos que dificultavam as mudanças necessárias no Sistema Previdenciário. O atual Sistema de Capitalização da Previdência, nunca houve nos modelos passados como hoje, os recursos eram mal administrados e direcionados em gastos públicos para outras áreas, o que acarretava no desequilíbrio financeiro do órgão e oneração ao Tesouro da União. Mencionou que as novas regras da aposentadoria não sofriam alterações por muito tempo, a exemplo a tabela do fator previdenciário do qual estabeleceu o limite de idade de 65 anos para os contribuintes.

O Sr. Presid. do Conselho, Elizeu Farias mencionou que o acesso às novas tecnologias atuais, auxilia e incentivam o aumento e a qualidade da expectativa de vida, fator este importante também, considerar. O Sr. Daniel Valoni, mencionou que as provisões atuarias oferecem base à um futuro financeiro seguro, sendo necessário o senso previdenciário afim de evitar falhas e deficiências financeiras ao longo prazo. O Sr. Presid. da Previ Queimados, Jeferson Pereira da Silva, mencionou a importância da regulamentação dos servidores cedidos de outros municípios e haver o censo previdenciário para tal. O Sr. Daniel Valoni, mencionou a possibilidade no desvio de números, acarretando em um cenário de compensação matemática do qual buscaria uma limitação de 10% de reserva.

O Sr. Presid. da Previ Queimados, Jeferson Pereira da Silva, mencionou sua preocupação com os erros no procedimento de aposentadoria em âmbito geral no Brasil.

O Sr. Daniel Valoni, afirmou que o sistema de capitalização é o método mais sustentável e a adoção pelo INSS deveria buscar que os compromissos realmente fossem cumpridos com a eficiência destas novas mudanças. O mesmo mencionou a respeito da repartição da capitalização o qual tem necessidade da regulamentar a captação dos recursos das contribuições para melhor funcionamento.

O Presid. do Conselho, Sr. Elizeu Farias, mencionou que ao longo do tempo transformou sua visão no entendimento da importância do mecanismo da previdência, obtendo hoje, olhar crítico o que se diferencia de um olhar partindo do ponto de vista, de somente um servidor. O mesmo elucidou a respeito dos novos funcionários terem equiparação salarial com os mais antigos, assim como a necessidade de haver um escalonamento. O Sr. Conselheiro, Marcelo Ribeiro mencionou sobre o mecanismo de segurança que é o reenquadramento neste âmbito e a realização dentro do plano de cargos e salários.

O mesmo afirmou que a união precisa tomar o protagonismo nos moldes do INSS, para que sirva de exemplo.

O Sr. Consultor Daniel Valoni afirmou que enquanto se cumpra a vigência de obrigatoriedade da reforma, se atenuará os impactos negativos, mas não solucionará definitivamente, por isso acredita, na importância da criação de um mecanismo sustentável, para devida adequação. Mencionou que dentro das responsabilidades do profissional atuarial, destaca-se, a consideração dos riscos eminentes e estudos para avaliar o censo da qualidade e integração das informações.

O Presid. do Conselho, Sr. Elizeu Farias mostrou preocupar-se quanto a fiscalização da prova de vida e do impacto de possíveis fraudes e falhas a respeito das previdências.

O Sr. Daniel Valoni, destacou o ocorrido no município de Teresópolis-RJ, onde a previdência local, atuou processos em mais de 20 casos requerendo a devoluções dos respectivos valores. O mesmo salientou a importância da prova de vida na qualidade da apuração das informações e mencionou que o censo por entrevista é o mecanismo mais simples a ser abordado.

Sr. Presid. da PreviQueimados, Jeferson Pereira da Silva, mencionou a respeito de irregularidades nos cálculos atuariais com muitas distorções e repasses atrasados, anterior à sua gestão na Previ. Mencionou que em 2021 houve uma regularização com relação aos repasses e quanto ao parcelamento atuarial, entretanto o mercado atual não favoreceu as taxas de juros para a rentabilidade adequada e solicitou ao consultor a explanação sobre isso.

Sr. Consultor Daniel Valoni destacou a respeito do sistema de capitalização anteriormente explicado, as diferenças nos auxílios pelo modelo de repartição simples e a importância sobre o estudo da Portaria 464/18 nas suas abrangências. Comentou sobre a averiguação e fiscalização por meio do censo dos beneficiários em sua composição familiar afim do estudo atuarial abranger parâmetros para reversões em caso de constatação de irregularidades, em recebimentos indevidos aos familiares em caso de falecimento.

O Presid. do Conselho, Sr. Elizeu Farias destacou a consideração sobre o quantitativo do quadro de funcionários com maior número de mulheres e o impacto pelo motivo de maior expectativa de vida.

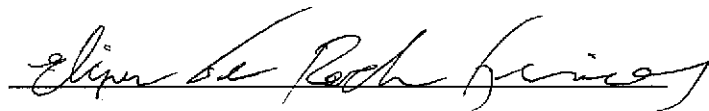
O Sr. Daniel Valoni mencionou que mesmo com os pagamentos regulares observa-se um padrão no aumento de déficit atuarial destacando se os fatores de composição familiar e ampliação de expectativa de vida. Argumentou que o censo propicia exatidão de números a fim de qualificar melhor a taxa de juros e traz conhecimento sobre contribuintes com insalubridade adequando menor impacto no planejamento futuro. Salientou as diferenças do INSS que considera a remuneração bruta e o regime próprio da Previ e considera calculo através de base salarial. Considerou a Insalubridade como uma composição salarial de natureza não permanente. Assim como o aumento do déficit tem sido um desafio mesmo com a regularidade dos pagamentos.

O Presid. do Conselho, Sr. Elizeu Farias comentou sobre o atuário na importância de manutenção para assegurar os contribuintes no futuro.

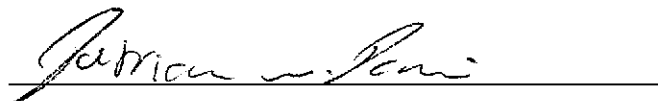
O Sr. Daniel Valoni mencionou sobre a lei de refração de déficit em sua apresentação de estudos, do qual noticiou a possibilidade de criação de ativo como forma de lei afim de buscar adequação através de operação contábil tornar o fundo superavitário. A portaria 464/18 permitiu dessa forma um equacionamento de déficit atuarial, expôs que ao longo do tempo a renovação do quadro de contribuintes e beneficiários prossegue adequando ao equilíbrio financeiro diante de invalidez, insalubridades e entre outras despesas reduzindo-se mediante as fiscalizações e censo.

Por derradeiro, apresentou o Estudo Atuarial do Exercício de 2022 - Ano Base 2021, mostrando os resultados da avaliação atuarial do plano de benefícios Previdenciários a fim de apurar, dentre outras informações, as estatísticas referentes aos segurados vinculados do Município, as provisões técnicas, o passivo atuarial, os custos, as contribuições necessárias dos servidores e do Ente Federativo, com destaque ao plano de equacionamento para financiar o déficit atuarial e os fluxos atuariais de despesas e receitas previdenciárias. E assim, o plano foi aprovado por unanimidade entre os membros presentes do Conselho Administrativo.

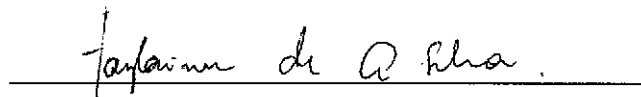
E, assim não tendo nada mais a tratar o Presidente do Conselho agradeceu mais um vez a presença de todos e deu por encerrada a reunião às 12h30minh. Eu, *Taylaine de Andrade Silva*, lavrei a presente ata e para constar vai, assinada por mim e pelos demais membros do C.A presentes.



Elizeu da Rocha Farias - Presid. do Conselho



Patrick Marink Pereira - Membro Titular



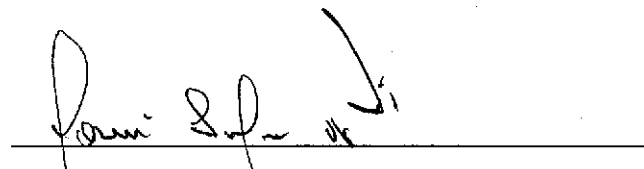
Taylaine de Andrade Silva - Membro Titular



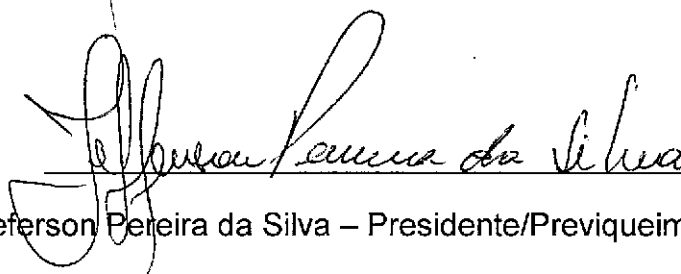
Marcelo Ribeiro de Souza – Membro Titular



Heloísa Helena R. da Cunha – Membro Titular



Josué Silva da Costa – Membro Titular



Jeferson Pereira da Silva – Presidente/Previqueimados